



Ministério da
Fazenda



ALERTA FINANCEIRO

Vigilância Pará

Processo: 10280-727.252/2024-10

Classificação: Documento público de livre acesso

1. Durante a fase de lances, pede-se a gentileza de analisar cuidadosamente o valor ofertado, para que os lances sejam efetivamente viáveis, exequíveis e financeiramente vantajosos para a própria empresa. Uma vez assinado o contrato, ele precisa ser honrado pelo licitante em todos os seus detalhes durante todo o período de vigência.
2. A Receita Federal é rigorosa nos pagamentos e verifica todas as obrigações contratuais mediante Instrumento de Medição de Resultados – IMR, aplicando glosas sempre que necessário. Podemos também instaurar procedimento adicional em caso de infrações passíveis de multas e demais penalidades. Além disso, informa-se que retemos todos os impostos incidentes na Nota Fiscal e a empresa recebe só o valor líquido e reduzido já com os impostos (e eventuais glosas) descontados.
3. Durante a fase de lances, a disputa pode às vezes ficar intensa e no calor do momento a empresa pode talvez acabar enviando lance exagerado, incorrendo na "maldição do vencedor", onde o vencedor pode às vezes acabar ganhando um prejuízo. Assim, nem sempre é interessante avançar em uma disputa agressiva para baixar preço.
4. Se seu lance atingir seu próprio limite mínimo aceitável, talvez seja o caso de desistir de ofertar novos lances e esperar para ver se o primeiro colocado vai mesmo ser aceito ou se vai eventualmente ser recusado. Nesses casos, ao invés de tentar cobrir preço inviável, pede-se enviar seu melhor lance viável possível, pois a proposta de menor preço pode eventualmente ser recusada e será analisada a proposta do segundo e assim sucessivamente.
5. Durante a fase de lance, em alguns momentos, a disputa pode eventualmente se prolongar com lances seguidos com pequenas diferenças para o primeiro colocado. Nesses casos, às vezes a melhor estratégia pode talvez ser ofertar um lance com diferença maior de preço (mas que ainda seja viável) para inibir que os demais possam eventualmente tentar cobrir seu preço.

DESTAQUES

Pede-se ler e analisar atentamente todo o material desta Licitação, em especial Edital, Termo de Referência e Planilhas de Custo. Pede-se atenção especial aos itens a seguir:

Edital

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.



Ministério da
Fazenda



6.9.1. Como o objeto licitado envolve gestão de mão de obra terceirizada, a análise de inexequibilidade referida no subitem acima poderá ser feita diretamente no percentual de lucro e custos indiretos e, se a proposta final ajustada contiver taxa de lucro ou de custos indiretos inferior 50% do orçado na planilha da administração, poderá ser feita diligência e poderá ser exigido comprovante de que a empresa tem ou teve contrato similar com taxa menor ou igual à da sua proposta, podendo-se exigir também declaração do respectivo contratante de que os serviços prestados foram satisfatórios, sem nenhuma ocorrência relevante que desabone o licitante.

6.9.2. Os valores obrigatórios por lei, CCT ou outro normativo não poderão ser cotados com parâmetros inferiores ao previsto na planilha modelo anexa ao Edital, para que seja mantida a isonomia entre os licitantes.

Termo de Referência

8.26.1 Deverá haver a comprovação da experiência mínima na prestação dos serviços equivalente ao tempo da contratação, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

8.26.2 O licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação, conforme exigido na alínea c2 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8.28. Traduzindo os itens anteriores, o licitante deverá apresentar atestados que formem juntos o equivalente a uma única contratação contendo simultaneamente o tempo e o número de postos equivalente ao da contratação, sendo que: a) a soma do tempo é permitida para datas diferentes; b) a soma dos postos só é permitida para datas concomitantes; c) em datas diferentes, somente o número de meses será somado, e o número de postos será mantido pelo menor valor dos atestados a serem somados.

8.29.1 Comprovar a efetiva prestação de serviços de VIGILÂNCIA OSTENSIVA;

8.36. Prova de atendimento aos requisitos da Lei 7.102/83, conforme segue:

8.36.1 Autorização para funcionamento, devidamente atualizada, expedida pelo Ministério da Justiça, ou por intermédio de seu órgão competente, ou mediante convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados Federados ou do Distrito Federal, conforme estabelece o art. 20-I da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto 89.056/83 e Portaria DPF 3.233/2012;

8.36.2 Autorização para aquisição e posse de armas e munições, devidamente atualizada, expedida pelo Ministério da Justiça, ou por intermédio de seu órgão competente, ou mediante convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados Federados ou do Distrito Federal, conforme estabelece o art. 20-VII da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto 89.056/83 e Portaria DPF 3.233/2012;

8.36.3 Certificado de Segurança atualizado, nos termos do art. 32-§7-d Decreto nº 89.056/83;



**Ministério da
Fazenda**



8.36.4 Certidão de Regularidade junto à Secretaria de Segurança Pública da respectiva Unidade da Federação, ou documento hábil para demonstrar a regularidade, em conformidade com o art. 38 do Decreto nº 89.056/83;

8.36.5 Não possuir nenhum sócio ou administrador estrangeiro, conforme art. 11 da Lei 7.102/83;

8.36.6 Não possuir nenhum diretor ou empregado com antecedentes criminais, conforme art. 12 da Lei 7.102/83.



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento autenticado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. Corresponde à fé pública do servidor, referente à igualdade entre as imagens digitalizadas e os respectivos documentos ORIGINAIS.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 20/08/2024 16:07:58 por GUSTAVO AMORIM ANTUNES.

Documento autenticado digitalmente em 20/08/2024 16:07:58 por GUSTAVO AMORIM ANTUNES.

Esta cópia / impressão foi realizada por GUSTAVO AMORIM ANTUNES em 27/09/2024.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP27.0924.19513.RWT1

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
BD63282EF0644B36C869C12C6837CF25E896054C5A03A1A10582FF127E033DC9